

A presente edição não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

info@marcador.pt
www.marcador.pt
facebook.com/marcadoreditora

© 2013

Direitos reservados para Marcador Editora,
uma empresa Editorial Presença
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *As Grandes Batalhas da História de Portugal*

Autor: Rui Natário

Revisão: Silvina de Sousa

Paginação: Maria João Gomes

Capa: Putt Studio

Imagem de capa:

Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Depósito legal n.º 355245/13

1.ª edição: Março de 2013

Reimpressão, Lisboa, outubro, 2017

NOTA DO EDITOR:

Com o objectivo de possibilitar ao leitor uma visão mais completa e abrangente das grandes batalhas da História de Portugal, desde a Fundação até à Primeira Guerra Mundial, decidimos, em conjunto com o autor, incluir nesta obra os textos anteriormente publicados com o título *As armas e os barões aventurados*.



OS MITOS DA FUNDAÇÃO

Henrique, sendo um dos filhos mais novos do duque Roberto de Borgonha, nobre francês da dinastia dos Capetos, sabe que, por via das rígidas regras sucessórias em vigor no século XII, dificilmente alcançará títulos ou reconhecimento enquanto se mantiver sob a conturbada égide do seu pai. Assim, em 1087, chega à Península Ibérica, juntamente com o seu primo Raimundo, para ajudar o poderoso e prestigiado Afonso VI de Leão e Castela na luta contra os mouros.

Satisfeito com a presença nos seus domínios de dois elementos da alta nobreza da casa dos duques de Borgonha, Afonso trata de os casar com as suas filhas. Raimundo contrai matrimónio com D. Urraca e ambos recebem o condado da Galiza; quanto a Henrique, casa com D. Teresa, uma filha ilegítima, recebendo o condado Portucalense.

As mortes de Raimundo, em 1107, e de Afonso VI, em 1109, colocam D. Urraca no trono, o que desencadeia uma forte reacção contrária à supremacia leonesa nos assuntos políticos, até porque, sendo uma mulher, não herda o título imperial do seu pai. Henrique vai-se desligando habilmente da vassalagem devida a Urraca e, após a sua morte, em 1112, Teresa tenta continuar esse caminho de relativa independência.

Mas quando é que, de facto, se dá a independência? Não há uma resposta clara para esta pergunta, uma vez que a situação política de então não encontra paralelo em nada daquilo que hoje

ocorre nos estados modernos. A fundação e a independência de Portugal ocorreram como resultado de um complexo e longo processo, com várias etapas, algumas das quais difíceis de situar com exactidão.

A morte de D. Urraca, em 1126, coloca no seu lugar o seu filho Afonso Raimundes, com o nome de Afonso VII de Leão e Castela. O novo imperador não perde tempo a impor à rebelde tia Teresa o cumprimento dos seus deveres feudais, após uma curta campanha militar em 1127. É aqui que entra em cena um jovem de 18 anos, de nome Afonso Henriques, filho de Teresa e do falecido conde. Sitiado em Guimarães pelas tropas do seu primo, rende-se e promete vassalagem, mas tanto dá nas vistas, que os nobres do condado passam a seguir a sua liderança.

BATALHA DE SÃO MAMEDE

 (24 de Junho de 1128) 

Pouco ou nada de concreto se sabe sobre este confronto. A verdade é que, desde 1112, ano da morte do conde D. Henrique, D. Teresa tem-se aproximado gradualmente dos fidalgos galegos, em particular de Fernão Peres de Trava, com quem supostamente mantém uma relação íntima. E desde 1127 que o jovem Afonso Henriques mantém discórdias importantes com a sua mãe, recusando-se a aceitar as jogadas políticas da alta nobreza galega e do arcebispo de Compostela, que conspiram no sentido de unificar os dois condados.

Estas disputas culminam num confronto, que supostamente ocorreu na zona de Guimarães, entre as forças de ambos os lados. Embora seja vulgarmente aceite a tese de que se tratou, de facto, de uma batalha no real sentido da palavra, a verdade pode muito bem ser distinta.

É difícil conceber como seria possível organizar dois grandes exércitos à custa dos recursos humanos existentes nos relativamente pequenos condados, quando nem a demografia nem as condições sociais o permitiam. Cada facção talvez conseguisse arregimentar apenas um punhado de cavaleiros, acompanhados por meia dúzia de escudeiros e umas milícias maltrapilhas, recursos humanos demasiado preciosos para se perderem em guerras intestinas, quando os mouros espreitam a sul.

Assim, talvez não seja de descurar a hipótese de se ter tratado apenas de um combate entre os paladinos de cada causa, um confronto

no melhor espírito da tradição da cavalaria medieval, no qual os cavaleiros se defrontam num torneio, de acordo com regras definidas e em frente a uma animada audiência. Não faltariam, certamente, fidalgos dispostos a bater-se bravamente por qualquer um dos lados, na ânsia de mostrarem o seu valor e de conquistarem, assim, os favores do seu senhor.

Seja qual for a verdade, o certo é que a vitória sorri a Afonso Henriques e aos nobres portugalenses que o apoiam. Este facto marca mais um passo no processo de afirmação política do jovem Afonso, que renega para sempre a tutela materna e assume definitivamente o controlo dos destinos do condado Portucalense.

Entre 1128 e 1137, o conde Afonso Henriques mantém-se em permanente disputa com o primo Afonso VII, mas ainda é prematuro falar-se de uma verdadeira independência. Talvez a ambição de Afonso seja apenas a expansão territorial do seu feudo, cimentando o seu poder político e criando as bases para alcançar outra das suas aspirações: o título de *rex*.

BATALHA DE OURIQUE

 (25 de Julho de 1139) 

Em relação a este mítico acontecimento, também tudo é nebuloso e confuso, começando desde logo pela localização do evento. Já foram aventadas hipóteses em locais situados por todo o Sul de Portugal e até mesmo dentro da Estremadura Espanhola, o que ilustra bem a dificuldade que há em saber ao certo o que ocorreu. A polémica sobre Ourique arrasta-se há séculos e é totalmente estéril continuar a dar palpites. Existem muito mais perguntas do que respostas, uma vez que não há fontes que relatem devidamente o sucedido nem que possam precisar os detalhes da acção.

Provavelmente, tratou-se apenas de um confronto travado com uma considerável hoste de mouros durante uma das incursões que os cristãos frequentemente faziam por terras dos inimigos, para roubar gado e outros despojos. Ora, estas surtidas tinham necessariamente de ser efectuadas com forças ligeiras e rápidas e não pelos pesados cavaleiros de armadura reluzente que povoam as histórias medievais. Assim, o cenário mais provável é o de uma acção de guerrilha, destinada ao saque, mas que, sendo interceptada pelo inimigo, se transforma num combate aberto entre duas forças surpreendidas por se terem cruzado.

Relativamente a Ourique, a única coisa que se pode afirmar com certeza é que ali ocorreu um qualquer tipo de confronto bélico, de maior ou menor magnitude, no qual Afonso Henriques se sagrou vencedor, liderando os seus nobres, que doravante o aclamam como seu rei. Relativamente a tudo o resto, as interrogações são

muitas e as respostas meramente especulativas, dada a escassez de relatos fidedignos.

Porém, se relativamente ao confronto bélico todas as hipóteses são válidas, o mesmo não se pode dizer da lenda do milagre tal como chegou aos nossos dias, uma vez que é inquestionável que foi forjada ao longo do tempo.

É claro que também nada se sabe de concreto sobre a origem da ideia da ocorrência de um milagre, mas é possível que tenha acontecido no próprio dia, uma vez que este é também o da celebração da festa de S. Tiago, o *Matamouros*. Nesta altura, a tradição popular já o tinha transformado em patrono dos cristãos na luta contra os infiéis, e, assim, é natural que o milagre de Ourique tenha sido apenas mais um num ciclo de muitos que foram atribuídos a esta personagem.

No decurso da posterior guerra com Castela, os nossos inimigos apoderaram-se dele e fizeram-no seu patrono, o que nos levou a substituí-lo por S. Jorge, emprestado pela tradição anglo-saxónica. Ficámos assim impossibilitados de continuar a atribuir o milagre da fundação a um santo castelhanizado, especialmente num contexto político no qual a nossa identidade se afirmava precisamente por oposição a Castela.

O primeiro relato completo do milagre surge em 1419, em *Crónica dos Primeiros Sete Reis de Portugal*, um livro escrito por Fernão Lopes, que refere S. Tiago, mas que posteriormente desenvolve a história e atribui o milagre exclusivamente a Jesus Cristo. Esta versão do século XV é a fonte de todas aquelas que se seguiram, nas quais S. Tiago não volta a ter qualquer intervenção.

A esta primeira adaptação da lenda, com o intuito de a incluir no contexto político hostil a Castela do século XV, segue-se uma outra, inspiradora do sentimento contrário à Espanha do século XVII. É no ambiente de dominação filipina que o frade alcobacense Bernardo de Brito aperfeiçoa a mesma lenda, pormenorizando-a e conferindo-lhe uma nova importância, através da fabricação de «instrumentos jurídicos» destinados a apoiar a origem divina de Portugal independente.

A lenda surgiu, foi reforçada e amplamente divulgada em duas situações nas quais Portugal necessitava de consolidar as suas independência e autonomia, explorando Ourique como argumento político e justificando a existência da Nação portuguesa com a intervenção pessoal de Deus.